

PROJETO DE LEI Nº 12, DE 16 DE MARÇO DE 2015

Autoriza o Município de Itaúna a contratar financiamento com a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, a oferecer garantias no âmbito do PAC 2 – pavimentação e qualificação de vias urbanas e dá providências correlatas.

A Câmara Municipal de Itaúna, Estado de Minas Gerais, aprovou, e eu, Prefeito de Itaúna, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Executivo do Município de Itaúna autorizado a celebrar com a Caixa Econômica Federal – operações de crédito até o montante de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), destinadas obrigatoriamente ao financiamento de obras de infraestrutura urbana e execução de empreendimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2) na modalidade Pavimentação e Qualificação das Vias Urbanas, observada a legislação vigente, em especial as disposições da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, as normas da Caixa Econômica Federal e as condições específicas.

Parágrafo único: O prazo para amortização total do financiamento será de até 240 meses.

Art. 2º Fica o Município autorizado a:

I – Participar e assinar contratos, convênios, aditivos e termos que possibilitem a execução da presente Lei.

II – Aceitar todas as condições estabelecidas pelas normas do PAC 2 Pavimentação e qualificação de Vias Urbanas.

III – Abrir conta bancária vinculada ao contrato de financiamento, no Banco, destinada a centralizar a movimentação dos recursos decorrentes do referido contrato.

Art. 3º Fica o Município autorizado a oferecer a vinculação em garantia das operações de crédito, por todo o tempo de vigência dos contratos de financiamento e até a liquidação total da dívida, sob a forma de Reserva de Meio de Pagamento, das Receitas de Transferências do Fundo de Participação dos Municípios – FPM, em montante necessário e suficiente para a amortização das parcelas do principal e o pagamento dos acessórios da dívida.

Parágrafo 1º – As receitas de transferências sobre as quais se autoriza a vinculação em garantia, em caso de sua extinção, serão substituídas pelas receitas que vier a serem estabelecidas constitucionalmente, independentemente de nova autorização.

Parágrafo 2º – Para efetivação da cessão e ou da vinculação em garantia dos recursos previstos no caput deste artigo, fica o Banco do Brasil autorizado a transferir os recursos cedidos e/ou vinculados à conta e ordem da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, nos montantes necessários a amortização da dívida, nos prazos contratualmente estipulados, em caso de cessão, ou ao pagamento dos débitos vencidos e não pagos, em caso de vinculação.

Parágrafo 3º – Os poderes previstos neste artigo e nos parágrafos 1º e 2º só poderão ser exercidos pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, na hipótese do Município de Itaúna não ter efetuado, no vencimento, o pagamento das obrigações assumidas nos contratos

de empréstimos, financiamentos ou operações de crédito celebrados com a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.

Art. 4º Os recursos provenientes da operação de crédito objeto do financiamento serão consignados como receita no orçamento ou em créditos adicionais.

Art. 5º O Poder Executivo consignará nos orçamentos anuais e plurianuais do Município, durante os prazos que vierem a ser estabelecidos para empréstimo, financiamentos ou operações de crédito por ele contraídos, dotações suficientes à amortização do principal, encargos e acessórios resultantes, inclusive os recursos necessários ao atendimento da contrapartida do Município no Projeto financiado pela Caixa Econômica Federal, conforme autorizado nesta Lei.

Art. 6º Os recursos financeiros previstos nesta Lei correrão à conta da dotação orçamentária nº 02.12.03.154.510.0751.073 – 4.4.90.51.00 – ficha 4728 – do exercício de 2015 e das dotações correspondentes nos exercícios subsequentes.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Itaúna (MG), 16 de março de 2015.

OSMANDO PEREIRA DA SILVA
Prefeito de Itaúna

LEANDRO NOGUEIRA DE SOUZA
Secretário Municipal de Finanças

OTACÍLIA DE CÁSSIA BARBOSA PARREIRAS
Procuradora-geral do Município

PROJETO DE LEI Nº 12/2015

JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente e Senhores Vereadores da Câmara Municipal de Itaúna

Encaminhamos a essa Casa, para análise, deliberação e aprovação dos ilustres Vereadores, o projeto de lei que *“Autoriza o Município de Itaúna a contratar financiamento com a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, a oferecer garantias no âmbito do PAC 2 – pavimentação e qualificação de vias urbanas e dá providências correlatas.”*

Registramos que se trata de oportunidade para o financiamento de obras importantes para a comunidade Itaunense, inseridas no PAC 2, programa que apoia a execução de obras de pavimentação e qualificação de vias urbanas no processo da mobilidade no âmbito do município.

Esta obra trará grandes benefícios para a população de Itaúna, facilitando o acesso à Rodovia MG-431, saída para a cidade de Itatiaiuçu e Rodovia BR-381 (São Paulo), e viabilizará a ligação entre a região central, os bairros Centro, Piedade, Pio XII, Nogueira Machado, Nogueirinha com o bairro Morro do Engenho e trevo de acesso a Rodovia MG-431, através de corredor viário para transporte coletivo, facilitando o acesso de grande parcela dos munícipes, beneficiando diretamente os bairros já relacionados, ligando a Avenida Jove Soares à Avenida Dorinato Lima, numa extensão total de 1.571,90 metros de vias pavimentadas e de 3.143,80 metros de passeios com acessibilidade implantados.

Quanto à capacidade de endividamento a aprovação o valor do financiamento pretendido com o projeto ora apresentado, não compromete e se encontra adequado e muito aquém dos limites globais fixados na Resolução do Senado Federal nº 40 de 21/12/2001, conforme demonstrado no Relatório de Gestão Fiscal enviado ao TCEMG, referente ao período de janeiro a dezembro de 2014. (anexo)

O relatório de Gestão Fiscal – Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - RGF – Anexo 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea b), encaminhado ao Tribunal de Contas de Minas Gerais, demonstra que a dívida consolidada do Município de Itaúna, demonstra boa condição financeira do município, situação que nos rendeu aprovação da proposta do projeto apresentado visando a pavimentação e qualificação das vias urbanas no Programa Pro-Transporte dentro do PAC 2 do Governo Federal.

A operação de crédito, no valor R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) encontra-se devidamente prevista no PPA – Lei 4797/201, alterado pela Lei 4.865/2014, na LDO – Lei 4864/2014 e na LOA – Lei 4900/2014, considerando-se, ainda, a contrapartida do município que não poderá ser inferior a 5% do financiamento.

Com essas justificativas é que submetemos esta proposição de lei a V. Exas., aguardando sua aprovação.

Atenciosamente.

OSMANDO PEREIRA DA SILVA
Prefeito de Itaúna

Itaúna, 16 de março de 2015.

Ofício nº 071/2015 – Gabinete do Prefeito
Assunto: Encaminha Projeto de Lei nº 12/2015

Senhor Presidente,

Encaminhamos a V. Exa., para análise, deliberação e aprovação dessa i. Câmara, o Projeto de Lei que “*Autoriza o Município de Itaúna a contratar financiamento com a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, a oferecer garantias no âmbito do PAC 2 – pavimentação e qualificação de vias urbanas e dá providências correlatas*”.

Solicitamos que o projeto seja analisado e aprovado pelos motivos expostos na justificativa que o acompanha.

Apresentamos a Exa. nossos protestos de consideração e respeito.

OSMANDO PEREIRA DA SILVA
Prefeito de Itaúna

EXMO. SR.
FRANCIS SALDANHA FRANCO
DD. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
ITAÚNA - MG

Comissão de Justiça e Redação

Tendo esta comissão recebido em 26 de Março de 2015 pelo vereador Presidente desta comissão, Nilzon Borges Ferreira, por parte da Secretaria da Câmara Municipal de Itaúna, e tendo sido nomeado para atuar como relator no **Projeto de Lei 14/2015** que “Autoriza o Município de Itaúna a contratar financiamento com a Caixa Econômica Federal, a oferecer garantias no âmbito do Pac 2- Pavimentação e qualificação de vias urbanas e dá providências correlatas.

Relatório

O referido Projeto de Lei visa Autorizar o Município de Itaúna a contratar um financiamento no valor R\$3.000.000,00 (três milhões de reais), destinadas obrigatoriamente ao financiamento de obras de infraestrutura urbana e execução de empreendimentos do Pac 2 na seguinte modalidade: Pavimentação e Qualificação das Vias Urbanas, observada a legislação vigente. Este financiamento têm um prazo de 240 meses para sua amortização.

Voto do relator

Assim, entende este relator que o supramencionado Projeto de Lei está devidamente instruído, estando apto a ser apreciado pelo Plenário desta Casa.

Sala das comissões, Itaúna, 17 de Abril de 2015.

Hélio Machado
Relator

Acompanham o Voto do relator os demais membros da comissão:

Nilzon Borges Ferreira
Presidente

Lucimar Nunes
Membro

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO - CFO

O presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, Vereador **Giordane Alberto**, como estabelece o **Art.46** inciso **VI**, avoca para si atuar como relator na apreciação do **Projeto de Lei nº 14/2015**, de autoria do Exmo. Prefeito de Itaúna/MG, *Osmando Pereira da Silva*, que “*Autoriza o Município de Itaúna a contratar Financiamento com a Caixa Econômica Federal, a oferecer garantias no âmbito do PAC 2 – pavimentação e qualificação de vias urbanas e dá outras providências correlatas*”.

Sala de Comissões, Itaúna, Minas Gerais, 27 de Abril de 2015.

Giordane Alberto de Carvalho
Presidente da CFO

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO - CFO

AO PROJETO DE LEI Nº 14/2015

Aos 23 dias do mês de Abril de 2015, recebeu essa Comissão de Finanças e Orçamento (CFO), por parte da Secretaria Legislativa da Câmara Municipal de Itaúna/MG, o **Projeto de Lei nº 14/2015, que, que** “*Autoriza o Município de Itaúna a contratar Financiamento com a Caixa Econômica Federal, a oferecer garantias no âmbito do PAC 2 – pavimentação e qualificação de vias urbanas e dá outras providências correlatas*”, de autoria da Exmo. Prefeito de Itaúna/MG, Osmando Pereira da Silva, venho expor meu esclarecimento:

- O referido projeto tem como objetivo, Autorizar o Município de Itaúna a contratar um financiamento no valor R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) para destinação de obras de infraestrutura urbana e execução de empreendimentos PAC 2 na seguinte modalidade Pavimentação e Qualificação das Vias Urbanas. Este financiamento têm um prazo de 240 meses para sua amortização.
- Diante do exposto, passo a emissão do meu voto.

VOTO DO RELATOR

Este relator entende que o supremencionado Projeto de Lei, encontra-se dentro da correta Técnica Legislativa, portanto, sou pela apreciação da presente proposição pelo Plénario.

Sala das Comissões, Itaúna/MG, 27 de abril de 2015.

Giordane Alberto de Carvalho
Presidente/Relator da CFO

Ante a análise do parecer exarado pelo Presidente da Comissão, acatamos o voto do relator.

Gleisson Fernandes
Membro/CFO

Leonardo Santos Rosemburg
Membro/CFO